



As iniciativas institucionais de permanência providas para os jovens cotistas da UENF após a adesão ao ENEM/SISU

Rafaela Nogueira do Nascimento¹
Shirlena Campos de Souza Amaral²

Resumo: O sistema de cotas das universidades estaduais do Rio de Janeiro apresenta-se como fundamental instrumento minimizador das desigualdades sociais e étnico-raciais. Malgrado os esforços governamentais para viabilizar o acesso à educação terciária, persistem as dificuldades de permanência. Portanto, espera-se contribuir no debate sobre a eficácia do sistema de cotas na UENF, considerando a importância do compromisso da universidade com a questão da inclusão social.

Palavras-chave: Política de Cotas, Universidade, Estratégias de Permanência.

1. Considerações iniciais

Pioneiramente, o Estado do Rio de Janeiro aprovou as leis 3.534/2000 e 3.708/2001, que estabeleceram a reserva de vagas com perfil afirmativo para jovens em situação de carência socioeconômica. A Lei 5.346/2008, atualmente em vigor, determina que 45% das matrículas de cada curso da UENF, UERJ e UEZO durante dez anos sejam distribuídas em: 20% para negros ou indígenas, 20% para candidatos oriundos da rede pública de ensino e 5% para pessoas com deficiência ou filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária mortos ou incapacitados em razão do serviço. Este cenário, acrescido da adesão da UENF ao ENEM/SISU em 2010, fatores garantidores do maior acesso de cotistas ao Ensino Superior estadual (SILVA, 2015)

Entretanto, apesar dos esforços governamentais, estudos mostram serem multidimensionais as limitações para que estes jovens permaneçam no meio

¹ Bacharel em Administração Pública(UENF); rafaellanasc@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas (UFF) e professora associada do LEEL/UENF; shirlenacsa@gmail.com



acadêmico e obtenham êxito em sua formação profissional. Essa constatação aponta para a importância de implementação de ações e medidas institucionais que visem a redução do índice de evasão das Universidades, com o fim de propiciar o aumento da permanência.

Isto posto, de maneira geral, objetiva-se contribuir para a compreensão dos determinantes que fazem com que os cotistas permaneçam na universidade, tendo em vista os programas institucionais de apoio a estes estudantes carentes. Especificamente, ao enfatizar o período de 2011 a 2015, almeja-se: investigar quais os recursos e como a UENF busca garantir a permanência de seus alunos na instituição, analisar o perfil socioeconômico do aluno cotista, bem como compreender a realidade acadêmica em que o mesmo está inserido, suas necessidades pessoais e aspirações profissionais.

Pelo aspecto metodológico, a abordagem foi predominantemente qualitativa, por meio do uso do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Em princípio recorreu-se à coleta de dados junto à SECACAD e à PROGRAD e a aplicação de questionário para os estudantes cotistas. Ademais, antecedeu e perpassou ao processo de coleta de dados a revisão bibliográfica referida ao tema.

Desta forma, prosseguiu-se no tópico seguinte elucidando brevemente o conceito do termo de origem estadunidense “ação afirmativa”, sua finalidade e os princípios constitucionais que, sob a ótica dos direitos humanos, embasam seu uso no Brasil. Haja vista sua aplicação em diversos setores e sob variados formatos (cotas, taxas, metas, cronogramas, financiamento de bolsas, cursos preparatórios, dentre outros) enfatizou-se seu uso como mecanismo para estudantes carentes e que pertençam a determinados segmentos étnico-raciais historicamente discriminados ingressarem na rede de ensino pública de nível Superior, especificando-se aqui as universidades estaduais do Rio de Janeiro.

Para além da questão da expansão do acesso, sequenciou-se no terceiro tópico com a questão da permanência e exemplifico alguns artifícios adotados pelos operadores educacionais das universidades brasileiras, com vista a incrementar a



longevidade escolar dos alunos ingressantes por meio da ação afirmativa. O intuito do quarto tópico é apresentar os resultados e discussões da pesquisa. Foi possível analisar como se dá a inclusão universitária, assim como os direitos e garantias aos estudantes cotistas definidos na legislação concernente à Política de cotas na UENF. Prossegue-se observando os reflexos dessas ações institucionais sob a perspectiva dos estudantes. O último tópico traz as considerações finais, com as reflexões, críticas e limitações observadas.

2. Ações afirmativas: breve histórico, conceitos e fundamentos

Originalmente, o ideal da igualdade perante a lei surge de forma intrínseca aos princípios das revoluções liberais oitocentistas dos EUA e da França, construído numa concepção jurídico-formal genérica, abstrata e estática em seus termos proibitivos. Por desconsiderar aspectos que antecedem à entrada dos indivíduos no mercado competitivo, constatou-se ser insuficiente para fins de justiça social e imprescindível a proatividade do Estado, para alcance da igualdade material, por meio da igualdade de oportunidades (GOMES, 2003). É nesse contexto que aparecem as ações afirmativas, que

Se definem como políticas públicas (e privadas) [de caráter compulsório, facultativo ou voluntário] voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de origem nacional e de compleição física (GOMES, 2003, p. 5).

Depreende-se desse conceito que a ação afirmativa se encontra atrelada às sociedades democráticas, que tenham na meritocracia seus principais ideais. Dessa forma, justifica-se a desigualdade de tratamento no acesso aos bens e aos meios apenas como forma de restituir a igualdade de oportunidades, devendo, por isso, tal ação ter caráter temporário, dentro de um âmbito e escopo a que se propõe.

O tema se tornou uma questão nacional a partir do reconhecimento pelo então presidente FHC da existência de discriminação racial contra negros e



posteriormente por ocasião da Conferência de Durban contra o racismo em 2001, prometendo em contrapartida instituir mecanismos concretos de promoção racial.

Resumidamente, seus objetivos são: atingir índices socioeconômicos qualitativos que seriam inalcançáveis, caso a estratégia de combate a discriminação se mantivesse apenas no campo normativo proibitivo; dar luz à igualdade de oportunidades mediante a denúncia pública das consequências do racismo e induzir transformações de cunho estrutural, cultural, psicológico e pedagógico; viabilizar a diversidade e o pluralismo em todas as esferas da vida social e a maior representatividade dessas categorias minoritárias nas arenas de poder; eliminar os ditos *efeitos persistentes* do presente e do passado, que tendem a se perpetuar ao longo das gerações; por intermédio do incremento da produtividade, propiciar o crescimento econômico nacional; qualificar os debates na arena onde ocorrem processos decisórios; e criar as *personalidades emblemáticas*, exemplos vivos de mobilidade social ascendente, contribuindo para a mudança de percepção e associação do lugar do negro (GOMES, 2003; ROSEMBERG, 2006).

Cabe ainda assinalar algumas formas de implementação. Destacam-se o sistema de cotas, estabelecimento de taxas e metas, cronogramas, preferências, bonificações, financiamentos de custos, incentivos fiscais e aulas de complementação (GOMES, 2003; MOEHLECKE, 2002). Ou ainda, a criação de cursos a serem destinados especificamente para alguns setores sociais, a exemplo do Instituto Inskiran de Formação Superior Indígena da UFRR, que oferece três cursos de formação a nível de graduação para a população indígena. A proporção dos beneficiados é uma característica que irá variar conforme o modelo de política a ser adotado, considerando ainda as especificidades do público-alvo direto e os principais parâmetros que se intenta modificar, não existindo, portanto, um padrão.

Em suma, conforme ratifica Feres Júnior (2007), a partir da comparação das experiências estadunidense e a brasileira, três justificativas dão sustentação ao emprego de ações afirmativas no ensino superior e que tomam diferentes significados ao longo da História e de acordo com a sociedade, a saber: reparação



ou compensação histórica, justiça distributiva e promoção da diversidade. Uma vez que no caso das universidades estaduais do Rio de Janeiro, independente da categoria (egresso da rede pública, autodeclarado negro ou indígena, deficiente, dentre outros) a Lei determina que deve ser comprovada a condição de carência econômica, isto é, a cota é *à priori* do tipo social, a justificativa que melhor se adapta é a que se refere à justiça social à população pobre em geral, seguida da reparação aos grupos minoritários pelas atrocidades cometidas no período da escravidão e perpetuadas por meio das gerações de afrodescendentes – mais sobreposta no caso das cotas apenas raciais – e por último, a questão do aumento da diversidade e convívio de culturas ou etnias.

Garantida a democratização mediante a expansão do acesso, o próximo passo foi pensar nas estratégias institucionais de apoio aos estudantes para que se prolongue a permanência.

2. As estratégias institucionais e seus efeitos na inclusão e permanência dos discentes cotistas

A palavra permanecer alude à ideia de ficar até o fim, persistir, perseverar, durar. Reis (2009) a associa com necessidade de obter aceitação e reconhecimento social, desenvolvendo os termos *permanência material* e *permanência simbólica*:

“Ser reconhecido, ser visto pelo outro é a condição da existência simbólica: ‘eu só existo se o outro me reconhece’. E se o outro me reconhece como legítimo, aumentam as minhas chances de fazer parte, de estar junto. [...] assim sendo, o nosso conceito de permanência possui uma relação direta com a coexistência dos indivíduos em primeiro lugar e sua existência em segundo. Vamos aqui então, chamar a coexistência de permanência simbólica e a existência de permanência material” (REIS, 2009: 4-5).

Discussão similar é encontrada em um estudo empírico conduzido por Bezerra e Gurgel (2012) em que buscou-se, por meio do emprego da metodologia da sociometria desenvolvida por Moreno, avaliar se a política de cotas viabilizou a inclusão social dos estudantes beneficiados, o grau de acolhimento e atração/repulsão entre os grupos, isto é, o grau de interação, fator determinante no



desempenho dos discentes no decorrer do curso. O resultado do teste revelou que a escolha dos mais ou menos votados independe destes serem alunos cotistas, uma vez que o critério utilizado pelos participantes foi o grau de afinidade ou motivações que desconsideraram como se deu o ingresso do contemplado na universidade.

Outra abordagem adotada pelos autores para verificar se houve inclusão foi a comparação das médias do desempenho obtidas no Exame Vestibular e os Coeficientes de rendimento acumulado ao longo do curso de graduação de cotistas e não cotistas, o que permitiu observar que no Exame Vestibular, em todos os cursos compreendidos na pesquisa, as médias dos cotistas foram menores que a dos alunos ingressantes pela ampla concorrência. Entretanto, observou-se que a diferença das médias acadêmicas obtidas ao final do curso foi quase insignificante, sendo em alguns casos ligeiramente maior. Esse resultado demonstra primeiramente a capacidade e/ou vontade de superação das defasagens curriculares, que somados à análise dos índices de evasão pôde sinalizar aos pesquisadores o nível de aproveitamento e reconhecimento pelo cotista da oportunidade que lhe foi concedida de ingressar no ensino terciário através da Política de cotas, pois conforme exposto a média de evasão dos não-cotistas superou expressivamente a dos cotistas, nos dois anos analisados.

Em segundo lugar, essa vontade de superação dos déficits curriculares iniciais, expressa no ótimo desempenho dos cotistas ao final da graduação, é motivada pela sensação pelo cotista de pertencimento ao ambiente universitário, ou seja, de estar socialmente incluído e aceito pelo grupo tradicionalmente existente ali – o que foi comprovado no teste sociométrico, conforme mencionado anteriormente.

Adicionalmente, um aspecto que tem relevante efeito sobre o desempenho e o sucesso escolar dos estudantes são as medidas de apoio e a qualidade da estrutura e serviços que a instituição de ensino disponibiliza para seus alunos.

Em um questionário aplicado aos cotistas da Uneb, Santos & Santos (2011) puderam verificar quais serviços constantes em uma listagem fechada, caso implantados, garantiriam a sua permanência na universidade. A mais votada pelos



respondentes foi a que sugeria a implementação de uma bolsa de estudos voltada exclusivamente aos ingressantes pela ação afirmativa. Além disso, salientam a necessidade de disponibilizar alojamentos universitários melhor equipados, oferecer suporte médico-odontológica nos campi localizados nas regiões periféricas, além da melhoria do acervo da biblioteca e da acessibilidade da internet nos laboratórios de informática, dentre outros.

Interessante mencionar a iniciativa da UERJ em criar o PROINICIAR, no qual a participação dos estudantes cotistas em oficinas nas diversas áreas de conhecimento era obrigatória até 2008, tornando-se facultativa desde então.

Além dessas experiências de universidades brasileiras, outros pesquisadores cumprem a função de dar visibilidade à questão da permanência escolar, postura que na concepção de Carmo e Carmo (2011) é entendida como um enfrentamento às escritas já instituídas sobre evasão, isso porque a partir dessa escrita original é possível desocultar opressões e negações até então silenciadas. No que se refere à UENF, verifica-se uma carência de diagnósticos quanto às condições de permanência, daí provêm a necessidade e o interesse em tratar do tema.

3. Panorama sobre o acesso e permanência na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Por uma perspectiva de análise geral da regulação da política de cotas na UENF, pode-se mencionar que com a Lei 7.427/2016, alunos ingressos pelo sistema de cotas passaram a ter direito a uma bolsa no valor de R\$ 450,00 durante todo o período de sua permanência na Universidade – nos moldes do estatuído no artigo 3º a Lei 5.346/2008 – com base no orçamento da UENF e paga com recursos do Fundo de Combate à Pobreza e às desigualdades sociais (FECF).

Segundo o estabelecido no §1º, do citado artigo 3º, é vedada a acumulação da “Cota-auxílio” com qualquer outra modalidade de auxílio de fundo socioeconômico, interna ou externa à UENF, que tenha por desígnio o amparo de estudantes carentes. Por essa regra, significa que os estudantes carentes da UENF



têm duas possibilidades de auxílio para a sua manutenção na Universidade, quais sejam: a “Cota-auxílio” (carentes que ingressam pelas cotas) ou as bolsas de Apoio Acadêmico³ (carentes que não ingressam por cotas), sendo esta última no valor de R\$ 300,00.

Houve na UENF, em 2009, a criação do atendimento ambulatorial, assinalado como auxílio-saúde, cujo profissional médico realiza um trabalho mais direcionado a uma avaliação clínico geral do paciente – professores, alunos e técnicos da instituição – requisitando exames laboratoriais e encaminhamentos, quando faz-se necessário. É oferecido pela universidade ainda aulas esportivas e atividades artísticas organizados pelo Setor de Assuntos Comunitários da PROEX e a utilização da biblioteca.

Divulgou-se em março de 2013 a aquisição pela instituição de 400 bicicletas via o PNAEST, convênio do Governo Federal com as instituições públicas estaduais de ensino superior que aderiram ao SISU. Uma vez que o público-alvo prioritário a ser beneficiado são os estudantes que tenham estudado na rede pública de educação básica ou que tenham renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, o processo de seleção para aquisição da bicicleta, seguindo a lógica, priorizou o deferimento da solicitação dos estudantes cotistas. Desse total, 290 foram entregues, em três remessas e que do universo de 1.111 cotistas ingressantes nos cursos presenciais da UENF de 2011 a 2015 nas vagas reservadas para pessoas autodeclaradas negras e para os que cursaram o ensino médio em escolas públicas, 171 realizaram o empréstimo da bicicleta (15,4%).

Posteriormente, esse mesmo convênio possibilitou a oferta de uma refeição diária sem custos para o estudante ingressante pela ação afirmativa no Restaurante Universitário Cícero Guedes, a partir da sua criação em 2014.

Outra política pública bastante significativa para o aumento da permanência estudantil foi a aprovação da Resolução do CONSUNI nº 01/2015, que criou o

³ Nesta modalidade, o aluno se compromete a prestar 12hr/semanais apoio na execução de atividades.



programa de Auxílio-Moradia estudantil, segundo a qual graduandos regularmente matriculados em cursos presenciais que residam fora da sua cidade-sede poderão se candidatar.

Finalmente, desde maio de 2017 proibiu-se a cobrança pela SECACAD-UENF para emissão dos documentos enunciativos da vida acadêmica do estudante.

3.1. Inserção acadêmica e efeitos das ações institucionais na permanência estudantil

Conforme as fichas de matrículas disponibilizadas pela Secretaria Acadêmica da UENF, em abril de 2017, havia 597 (quinhentos e noventa e sete) cotistas das categorias “negros” e “egressos do sistema público de ensino” ingressantes nos cursos presenciais da UENF nos anos de 2011 a 2015 ainda ativos. Foram respondidos 78 questionários, o correspondente a 13% deste total.

Com relação ao “sexo” dos entrevistados, constatou-se que estes são em sua maioria do sexo feminino (61,5%) – sendo 34 da categoria *egressos da rede pública* e 14 de *negras*, enquanto os outros trinta interrogados do sexo masculino foram 15 de cada categoria de cota –, na faixa etária dos 17 aos 29 anos (96%) e autodeclarados de cor preta, parda e indígena (59%), o que mostra a eficácia da política de cotas no quesito inclusão das minorias étnico-raciais no ensino superior público estadual. Foram 29 cotistas da categoria “negros” e 49 da categoria “oriundos da rede pública de ensino”. Interessante mencionar que 16 dos ingressantes nessa última categoria se autodeclararam de cor preta/parda, o que nos remete à discussão sobre a afirmação da identidade no Brasil.

No tocante à variável “renda”, a maior parte (85,9%) dos cotistas encontra-se na faixa de até 3 Salários Mínimos de renda familiar, que é entendido como o somatório da renda individual dos moradores do mesmo domicílio, concentrando-se na faixa que compreende entre 1 e 2 S.M. Verificou-se que 64 cotistas não exercem alguma atividade remunerada extra institucional, isto é, se dedicam inteiramente ao



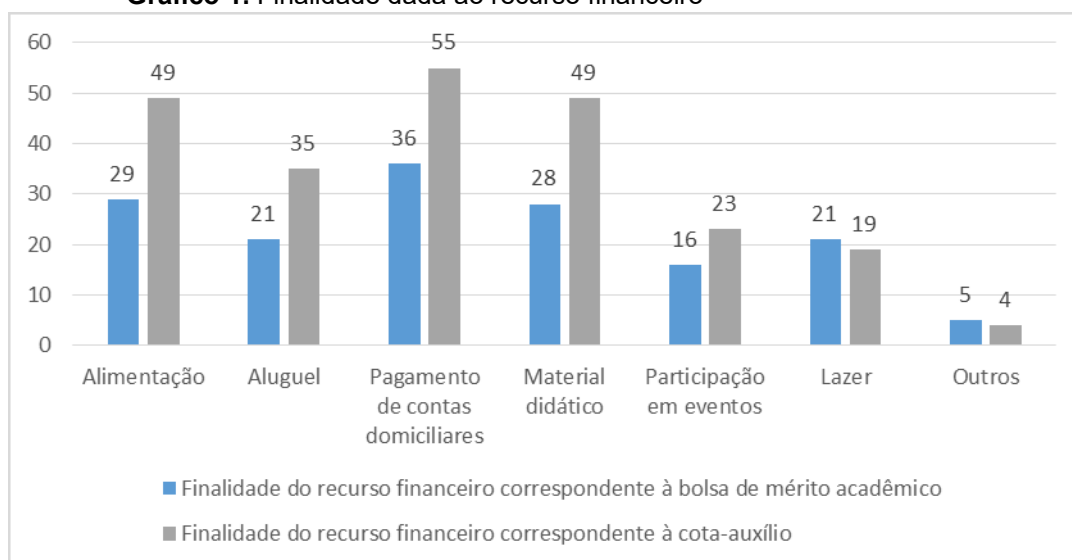
estudo e às atividades oferecidas na UENF. Dos 14 cotistas que possuem uma ocupação, 8 são homens (nenhum possui filhos/dependentes e prestam serviços relacionados à confecção de doces, vendas, garçom, desenvolvimento de software, empresa júnior, estágio e professor do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental). Das 6 mulheres que exercem, apenas uma possui filho (a). As atividades exercidas são de monitora infantil, garçonete, freelance, vendedora e jovem aprendiz. Cabe mencionar que essa única mulher que trabalha e possui filho relatou não possuir nem incentivo familiar nem apoio financeiro para se manter no curso. Além dessa entrevistada, outros três cotistas têm filho, todos do sexo feminino e residentes em Campos dos Goytacazes/RJ, cidade onde se localiza a UENF.

Da amostragem total, constatou-se que 46 cotistas possuem bolsa de mérito acadêmico e declararam utilizar o recurso financeiro, consoante o exibido no **Gráfico 1**. Na opção “outros”, foram citados a destinação para bens pessoais consultas privadas, exames médicos e medicamentos, gastos diários, transporte e pagamento de curso de idioma. Destes 46 bolsistas 32 são *egressos da rede pública* e 14 são cotistas *negros*.

Tendo em vista que 16 cotistas expressaram possuir incentivo familiar, mas não apoio financeiro, 13 dos pesquisados declararam não possuir nem incentivo familiar nem apoio financeiro, o que dá um total de 29 cotistas que não possuem apoio financeiro, sendo que destes 13 últimos, 4 declararam não possuir nem incentivo familiar nem apoio financeiro nem bolsa de mérito acadêmico e 2 disseram não possuir nem incentivo, nem apoio financeiro, nem desenvolver bolsa meritória e nem exercer atividade extra-institucional remunerada (trabalhar), justifica-se a importância do auxílio-cota para complementar sua renda mensal e em última instância, contribuir para a permanência desse estudante no ensino superior da UENF.



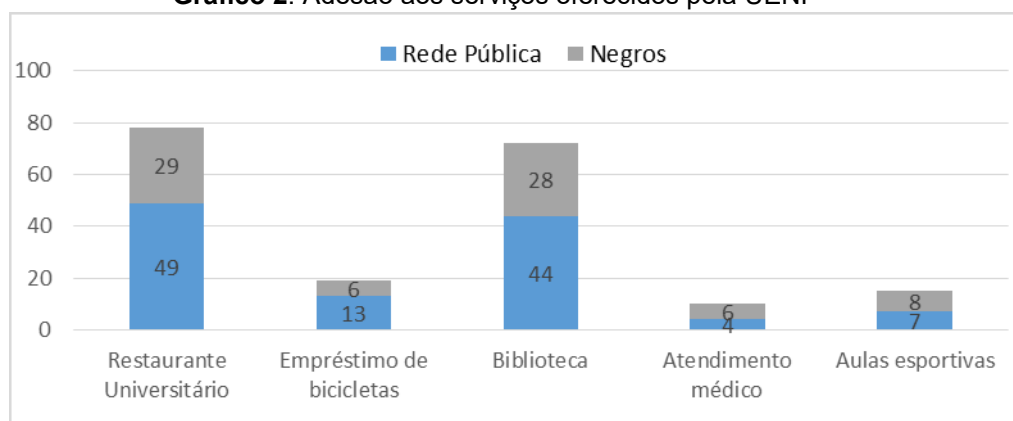
Gráfico 1. Finalidade dada ao recurso financeiro



Fonte: Nascimento (2017)

Observou-se que, independentemente de ser provenientes ou não do município de Campos, todos os cotistas utilizam o serviço de almoço e/ou jantar oferecido pelo Restaurante Universitário Cícero Guedes, localizado nas dependências da UENF e apenas 6 não utilizam a Biblioteca (**Gráfico 2**).

Gráfico 2. Adesão aos serviços oferecidos pela UENF

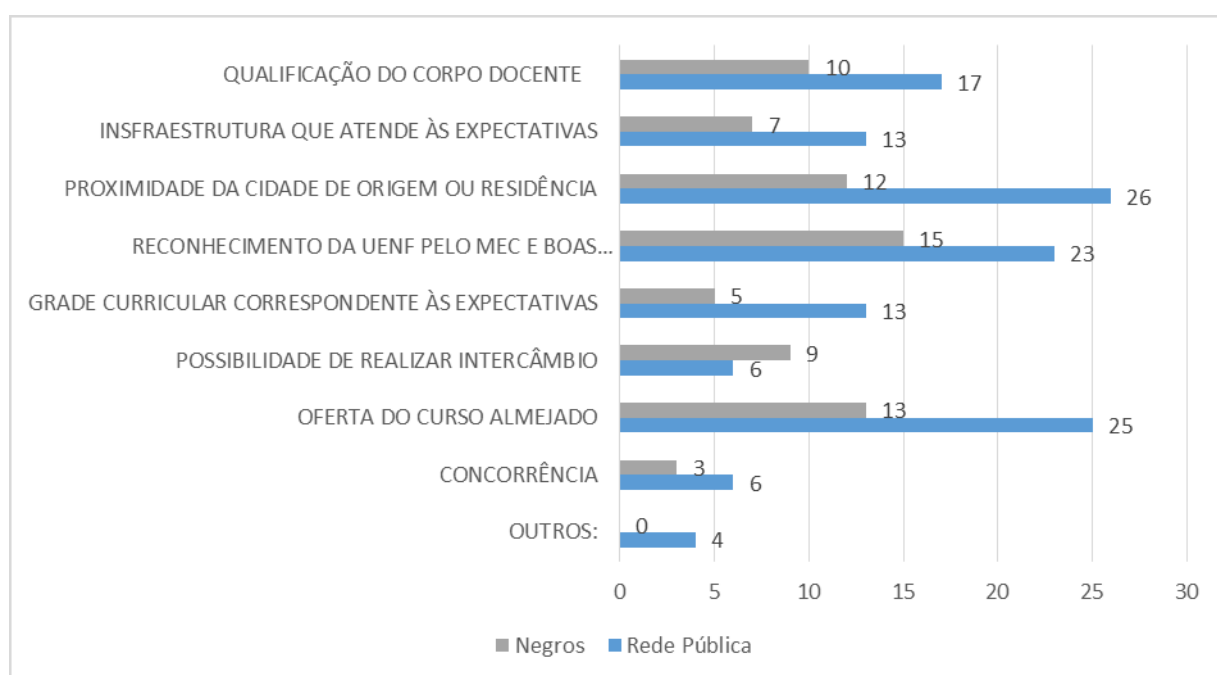


Fonte: Nascimento (2017)



Quando foi indagado o motivo de escolha da UENF como instituição para cursar a graduação, foi assinalado pelos entrevistados da modalidade *negros*, em primeiro lugar o reconhecimento da Universidade pelo MEC e boas pontuações do curso escolhido no ENADE e para os *egressos da rede pública* a proximidade (Gráfico 3).

Gráfico 3. Motivo de escolha da UENF



Fonte: Nascimento (2017)

É pertinente a apreciação do quesito “índice de reprovação”. Por serem em sua maioria oriundos da rede pública de ensino (89%), os cotistas adentram na universidade com dificuldades de assimilação dos conteúdos programáticos das disciplinas, chegando a níveis preocupantes de reprovação. Por isso, seria interessante, também, a implementação de disciplinas básicas a fim de nivelar os conhecimentos prévios. Foi declarado por 45 dos discentes sentir mais dificuldades do que os colegas de classe na compreensão dos conteúdos programáticos das disciplinas, e 55 dos pesquisados já foram reprovados em alguma disciplina, por média e/ou frequência, sendo que os egressos da categoria dos que cursaram o ensino médio na rede pública são os que mais reprovam.

Apesar do alto grau de satisfação do alunado com os serviços de amparo estudantil e com a UENF demonstrado no **Gráfico 4**, quando foi indagado “O que faz você permanecer na universidade? ”, foi dito pelos cotistas em seus depoimentos que:

"A necessidade de colaborar na construção de um pensamento crítico dentro das universidades brasileiras por meio do ingresso das camadas sociais mais populares aliado a necessidade de uma carreira profissional que garanta uma estabilidade financeira"

"Sou moradora de Campos. Quem arca com as despesas de aluguel é minha irmã. Assim, o dinheiro da bolsa de IC e do auxílio- cotas são destinados para passagens, xérox, livros, consultas médicas, medicamentos, exames médicos, contas e alimentação de todos que residem comigo. Se não fosse o dinheiro das bolsas, não teria conseguido continuar no curso, já que morava na zona rural de Campos e muitas vezes chegava atrasada na rodoviária por problemas com transporte público e tinha que apanhar táxi para UENF. Minha irmã, que hoje tem a maior renda da casa começou a trabalhar tempos depois."

"Todo esforço que tive para estar dentro dessa Universidade. E o quanto eu quero me formar e correr atrás de uma condição financeira futura melhor para eu e os meus pais. Principalmente minha mãe, pois é ela que me mantém financeiramente na UENF, mesmo com poucas condições. A UENF é uma universidade de peso, de grande qualidade, será um diferencial para mim."

"Esperança de dias melhores para a UENF, e é claro, o Diploma Universitário"

"Pretendo sair da Universidade, porque meu curso não oferece um horário coeso, sendo que estou trabalhando no momento, por causa do não pagamento das bolsas."

"Não tenho condições financeiras e psicológicas para mudar de curso. Minha mãe não trabalha, meu pai não é presente e sou sustentando por uma tia com mais de 60 anos. No atual momento, desistir da faculdade seria um retrocesso, já que muito dinheiro e muito tempo foram investidos. Se formar virou uma obrigação, 50% voluntária 50% por necessidade."

"Vou levar meu diploma de primeira da família a entrar numa rede de ensino superior pública. "

"Acredito que o melhor caminho é a transformação pela educação. Por mais que o ambiente acadêmico tenha os seus obstáculos, que o processo de aprendizagem seja totalmente diferente da qual você tem contato até o Ensino Médio, a recompensa final é satisfatória. Fiz o meu ensino médio numa escola federal, mas o meu ensino fundamental foi na rede pública estadual. Lá eu percebi que se não saísse da minha inércia, se eu não corresse atrás de boas oportunidades de estudo, as chances para eu obter progresso pessoal e profissional eram muito ruins. O que me faz permanecer na universidade é um sonho de crescimento como profissional e pessoal e, se possível, mudar a realidade daqueles que estejam ao meu redor. "

"A vontade de estudar, mas se continuar sem receber à vontade não será suficiente."

"Saber que essa é uma das poucas possibilidades que a minha família tem para melhorar as condições de vida."

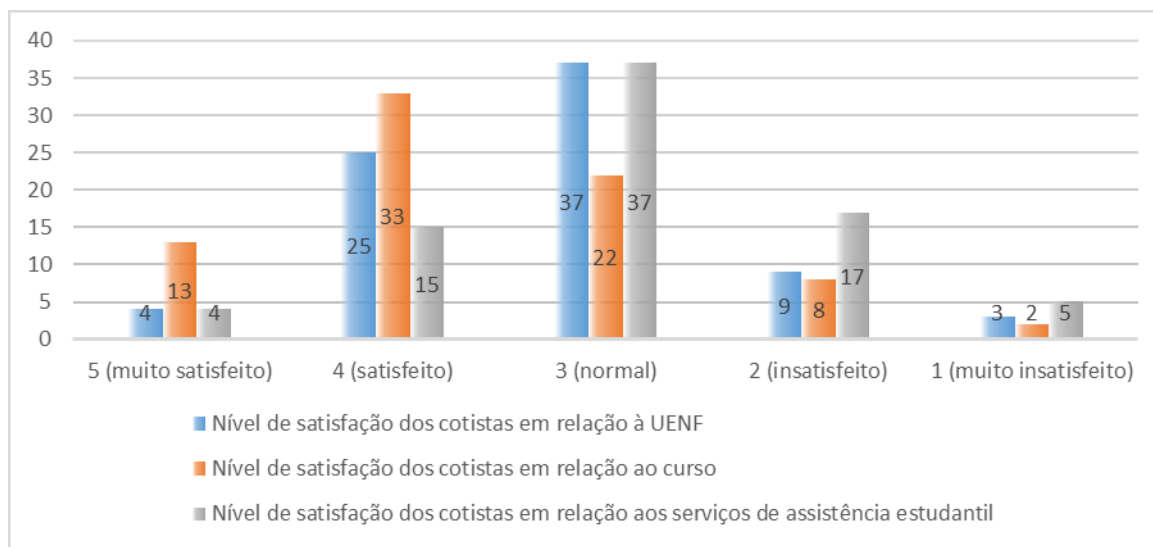
"A força de vontade dos meus pais em fazerem bicos para me manter aqui."

Percebe-se, em geral, um pessimismo em relação às perspectivas e planos futuros, relacionado principalmente à questão financeira do estudante, ao sustento do mesmo nas condições impostas pelo sistema educacional. Isso devido aos horários flutuantes dos cursos que exigem disponibilidade em turno integral e aos atrasos constantes no pagamento da cota-auxílio. Por outro lado, o que os mantém é o desejo de retribuir aos familiares o investimento que lhes foi feito, a expectativa



de melhorar as condições de vida destes e das gerações futuras, além do *status* de pioneiro na conquista de um diploma universitário.

Gráfico 4. Nível de satisfação dos cotistas



Fonte: Nascimento (2017)

4. Considerações finais

No que tange às limitações encontradas e críticas, até a data de finalização da pesquisa não havia um acompanhamento do desempenho dos cotistas, fato que está em desacordo com o que determina o Artigo 5º da Resolução COLAC nº XX/2010. No entanto, havia uma perspectiva futura de implantação do Núcleo avançado de apoio da UFF e da reformulação da Resolução aludida, que virá a criar a COAC e exigir semestralmente ou anualmente a comprovação da situação socioeconômica do cotista. Soma-se, ainda, a aprovação da Resolução do CONSUNI nº 01/2015, que cria o programa de Auxílio-Moradia estudantil, suplementação à renda do estudante, que por fatores políticos e orçamentários ainda não havia sido implementada na UENF.

Espera-se contribuir no debate sobre a efetividade da política de cotas, a partir do caso UENF. Também, os resultados provenientes da pesquisa serão fundamentais ao fornecer subsídios que venham auxiliar na adoção de estratégias político-pedagógicas que possam maximizar a inclusão social de estudantes no



momento da reavaliação da política de cotas, prevista para o ano de 2018, de acordo com o Artigo 7º da Lei 5.346/2008.

5. Referências bibliográficas

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BEZERRA, T. O. C.; GURGEL, C. *A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social*. Pensamento & Realidade, v. 27, p. 95-117, 2012.
- CARMO, Gerson Tavares; CARMO, Cintia Tavares (2014). *A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: propostas de caracterização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil*. Arquivos Analíticos de políticas educativas, Dossiê Educação de Jovens e adultos II, volume 22, artigo n °63, 30 de junho de 2014.
- FERES JÚNIOR, João. *Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil*. Estudos Afro-Asiáticos, v. 29, p. 63-84, 2007
- GOMES, Joaquim Barbosa. *O debate constitucional sobre as ações afirmativas. Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 15-57, 2003.
- MOEHLECKE, Sabrina. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. Cadernos de pesquisa, v. 117, n. 11, p. 197-217, 2002.
- Rafaela Nogueira do Nascimento. *Análise da Política de Cotas da UENF sob a Perspectiva das Estratégias Institucionais de Permanência*. 2017. Monografia. (Especialização em Administração Pública) – CCH/ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2017.
- REIS, D. B. & TENORIO, R. M. (2009). Políticas Públicas de Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior: Um debate em curso. Cadernos ANPAE, 8, p. 1/11.
- ROSEMBERG, Fúlvia. *Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro: Pontos para Reflexão*. Programa de Ação Afirmativa em debate. São Carlos, UFSCAR, Setembro, 2006.
- SANTOS, Maria Cristina Elyote Marques; SANTOS, Paulo César Marques de Andrade. *Universidade e política de cotas: O Acesso E A Permanência Do Cotista Na Universidade Do Estado Da Bahia*. In: Congresso Internacional Luso-Afro-Brasileiro De Ciências Sociais, 2011, Salvador.
- SILVA, Gabriela do Rosário. *Cotas para negros e egressos de escolas públicas na UENF: uma análise sobre o acesso, origem e permanência de estudantes após o ENEM/SISU*. 2015. 84 f. Monografia (Especialização em Pedagogia) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, CCH/UENF, Campos dos Goytacazes, 2015.